1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

Ata da 376a sessão (Ordinária) da Congregação, realizada aos 25/04/2019, na Rua do Lago, 717, sala 145 - Salão Nobre - Prédio da Administração da FFLCH - USP, sob a presidência de Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda, diretora da faculdade, e com a presença dos membros: Álvaro Silveira Faleiros, Ana Claudia Duarte Rocha Marques, Ana Paula Torres Megiani, Andre Vitor Singer, Beatriz Perrone Moisés, Breno Battistin Sebastiani, Cicero Romão Resende de Araújo, Cilaine Alves Cunha, Claudia Consuelo Amigo Pino, Diego Araujo Borges da Silva, Emerson Galvani, Guilherme Pires Carvalho Arruda, Heitor Frúgoli Junior, João Carlos Borghi Nascimento Bruder, João Paulo Candia Veiga, João Paulo Garrido Pimenta, Jose Luiz Portella Pereira, Junko Ota, Luís César Guimarães Oliva, Lusine Yeghiazaryan, Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, Marcelo Candido da Silva, Marcio Ferreira da Silva, Marcos Piason Natali, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Augusta da Costa Vieira, Maria Célia Pereira Lima Hernandes, Mario Eduardo Viaro, Marta Inez Medeiros Marques, Moacir Aparecido Amâncio, Oliver Tolle, Paulo Martins, Rejane Vecchia da Rocha e Silva, Ronald Beline Mendes, Safa Alferd Abou Chahla Jubran, Sueli Angelo Furlan, Suzana Chwarts, Veronique Marie Braun Dahlet, Wagner Costa Ribeiro, Yuri Tavares Rocha. Como assessores atuaram: Adriana Cybele Ferrari, Eliana Barros da Silva, Juliana Maria Costa, Neli Maximino, Rosângela Duarte Vicente, Valdeni Faleiros. <u>Diretora</u>: "Boa tarde, vamos dar início a 376ª sessão ordinária da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Queria, em primeiro lugar, agradecer a presença de todos vocês. Nós estamos de luto, porque faleceu a mãe da funcionária Eliete da Rocha Viana, a senhora Sibéria Viana da Silva. A Eliete era jornalista da reitoria, mas pediu transferência para cá nesta gestão e está trabalhando no serviço de comunicação social. Eu lamento muito o falecimento da mãe da Eliete. Quero também comunicar com muito pesar o falecimento da professora Maria Celia Pinheiro Machado Paoli, do departamento de sociologia, que também ocorreu no dia 20/04. Eu fui colega da professora Maria Celia e ela foi uma professora notável, com uma grande abrangência e relação com os alunos, e também uma pioneira em certos campos da reflexão sociológica. Como orientanda de Eric Hobsbawm, ela difundiu a obra dele aqui na USP e trabalhou sobretudo no campo da sociologia histórica, sendo pioneira no campo da discussão dos novos movimentos sociais. Durante os anos 80 ela escreveu junto com o Éder Sader um artigo marcante, chamado 'Quando novas personagens entram em cena', que discutia a transformação da classe trabalhadora, revelando que a noção que as ciências humanas utilizavam para estudar a classe trabalhadora era uma noção que não dava conta da transformação desse universo. A professora Maria Celia teve muitos orientandos, e eu sei que os orientandos tinham uma verdadeira paixão pela professora. Ela também foi uma das pioneiras na nossa faculdade em introduzir a obra da Hannah Arendt. Ela fundou, junto com o professor Chico de Oliveira, Marilena Chauí e vários outros, o CENEDIC, centro este que existe até hoje. Ela era do Paraná, veio fazer pósgraduação aqui na USP quando aconteceram as cassações, e os pós-graduandos foram chamados para ajudar nos seminários e dar aulas, tornando-se professores posteriormente. Eu considero o falecimento da professora Maria Celia uma perda para todos nós. Para revelar o nosso pesar com os falecimentos, da mãe da Eliete e da professora Maria Celia, eu peço um minuto de silêncio.". A Congregação faz um minuto de silêncio. EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA DA CONGREGAÇÃO - Diretora: "Justificaram a ausência os seguintes membros dessa Congregação: a professora Elizabeth Harkot de La Taille, que está em concurso; a professora Fernanda Arêas Peixoto; a professora Mona Hawi, que está em uma reunião da CoG; a professora Sylvia Caiubi Novaes, que dá aula neste semestre às quintas feiras de tarde; a professora Sandra Vasconcellos, em licença premium até junho; o professor Andreas Áttila; o professor Elias Thomé Saliba; e a professora Elizabeth Santoro. Eu quero também comunicar e cumprimentar a eleição dos professores doutores Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, e Adma Fadul Muhana como chefe e vice chefe do departamento de letras clássicas e vernáculas, para o mandato de 2019-2021. Eu quero comunicar, com satisfação, a

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

indicação da professora Heloísa Buarque de Almeida como representante do departamento de antropologia junto a Comissão de Cultura e Extensão Universitária, em substituição ao professor John Cowart Dawsey. A Comissão de Cultura e Extensão tem contado com poucos representantes, e isso não pode acontecer - até porque essa área é cada dia mais importante na universidade. Tenho dito que os departamentos têm que fazer uma análise apurada dos seus representantes, porque se a pessoa não pode comparecer às reuniões das comissões, é melhor ela declinar a indicação, pois nós precisamos das colaborações dos colegas nas comissões. As comissões deveriam ser núcleos de reflexão e de propostas de políticas acadêmicas para as suas áreas específicas. Elas não podem ser organismos puramente burocráticos. É claro que há uma parte administrativa - toda comissão tem -, mas o papel das comissões não é este, então a participação dos professores e dos representantes em geral nas comissões é fundamental. Há outras questões que gostaria de colocar também, como o fato de que a universidade em geral está em um momento complexo. Eu acho que nós temos que fazer uma reflexão muito cuidadosa sobre o que se passa externamente em relação às universidades públicas de São Paulo. Na minha visão, o que está de fato em questão é a autonomia da universidade, uma vez que vem aumentando o controle sobre recursos, e qualquer desatenção por nossa parte acerca disso pode ser a gota d'água. Quero comunicar que dois pró-reitores visitarão a faculdade, o que será um momento importante, pois nós faremos nossas reivindicações e colocaremos nossas posições. Como sempre, essa direção zela muitíssimo por esses momentos; isso é parte da vida acadêmica, e precisa ser acolhida como tal. Na segunda virá o pró-reitor de pesquisa, no Salão Nobre às 15h30, na terça a pró-reitora de cultura e extensão, também no Salão Nobre às 10h30. É claro que essa conversa não é aberta, embora serão feitos convites às chefias e representações. Eu quero que os departamentos que tenham suas reivindicações nesses campos específicos organizem uma agenda para conversar com eles. No que diz respeito à faculdade, eu tenho uma agenda mais ou menos organizada.". EXPEDIENTE DA VICE PRESIDÊNCIA DA CONGREGAÇÃO - Prof. Paulo Martins: "Boa tarde a todos, eu tenho quatro coisas a falar. A primeira delas é que estive fora do país representando a faculdade nos últimos quinze dias, e fechei dois acordos internacionais. Um acordo geral da própria USP com a Universidade de Lisboa, que já tinha findado, mas que renovamos, e o outro - específico da faculdade de filosofia – com a chamada faculdade de letras de Lisboa, que engloba também outras áreas das ciências humanas concernente a nós. Esses dois acordos foram assinados, já estão no sistema e, portanto, estão todos convidados a empreender atividades com os colegas da Universidade de Lisboa. Foram realizadas também duas tratativas, uma com a Católica Portuguesa, em Braga. Existia um pequeno impasse, que nós esperamos ter conseguido sanar, que é a questão das taxas, e também pelo receio por parte deles, por sermos muito maiores, de haver uma invasão brasileira em Braga – o que já está acontecendo. A outra tratativa é em Londres, na Universidade de Londres, principalmente na área de estudos clássicos, na qual conseguimos a colocação de quatro lugares, a serem decididos como serão distribuídos internamente, podendo ser na área de filosofia antiga, de história, de literatura, enfim, em diversas áreas da faculdade. Fora isso, eu gostaria também de comunicar a todos que a faculdade foi convidada, por intermédio da direção, pelos estudantes representados pelo DCE Livre da USP, a realizar um evento conjunto para tratar da nossa conjuntura. O nome desse evento será 'Universidade e Liberdades Democráticas'. Está faltando alguns nomes a serem fechados, mas basicamente são duas mesas, nos dias 13 e 14/05, no auditório Milton Santos, às 18h. A primeira mesa já tem duas pessoas confirmadas, a professora Elisete, a professora Ana Paula Hey, e estamos convidando também o professor Nabil. Essa mesa tem o nome de 'Universidade e Democracia'. Na mesa do dia 14, 'Educação e Cidadania', temos a confirmação do professor Luiz Gonzaga Belluzzo, e estamos aguardando a confirmação de mais dois palestrantes, que seriam o Aloísio Mercadante e a professora Ana Maria Fonseca de Almeida, da UNICAMP. Nós havíamos convidado os professores Renato Janine e Fernando Haddad, mas eles não podem por conta da agenda. O terceiro informa na verdade é uma dica:

103104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128 129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

eu acho que vale a pena a todos lerem a entrevista que a diretora da faculdade concedeu ao Valor Econômico, falando a respeito da conjuntura da cultura brasileira, que tem uma chamada muito interessante: 'Para Bolsonaro e Temer, cultura é perfumaria'. É um bom texto, vale a pena ler, e demonstra, na verdade, aquilo que a professora Maria Arminda defende, que é a inserção da faculdade no debate público. E vale a pena também ler a entrevista concedida pelo reitor ao Globo, a respeito da CPI das universidades públicas. Eu acho que vale muito a pena ser lida essa entrevista, justamente porque ele diz fundamentalmente que nada teme em relação à CPI, e eu acho que esse é um posicionamento interessante, mostrando que todos nós incorporemos esse tipo de posicionamento, e não nos envergonhemos do lugar em que estudamos.". **EXPEDIENTE** DA REPRESENTAÇÃO trabalhamos CONGREGAÇÃO NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - Prof. Wagner Ribeiro: "Boa tarde a todos. Na verdade, não há o que falar, pois ainda não houve reunião, que está agendada para o final de junho, de forma que eu apenas gostaria de dizer que há uma expectativa bastante curiosa em torno dessa CPI - e eu imagino que isso também deva estar gerando alguma inquietude –, e eu concordo que nós temos que estar muito serenos, mas ao mesmo tempo é preciso talvez lembrar que os processos que realizamos, os trâmites, devem ser feitos de maneira ainda mais cuidadosa, porque a CPI pega, antes de mais nada, procedimentos, e as vezes alguns colegas pouco avisados podem ser surpreendidos por pequenos detalhes que não valem a pena.". EXPEDIENTE DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – Prof. Emerson Galvani: "Boa tarde a todos e todas, hoje eu tenho apenas dois informes. O primeiro deles é sobre uma minuta de portaria que regulamenta as atividades de estágio externos à unidade. Para explicar o contexto, para que quando chegar na ordem do dia isso não seja necessário, essa minuta trata dos estágios externos, que são cerca de 1100 atualmente, o que é significativo, entretanto nós não tínhamos uma regulamentação das especificidades da unidade em relação a isso. Há a lei 11788 de estágio, em âmbito federal, e as resoluções da Universidade de São Paulo, mas a unidade não tinha uma portaria que regulamentava as atividades de estágio externo. Dada a importância desses estágios externos para nossa unidade, surgiu a necessidade de regulamentar isso em forma de uma portaria, que é o que será apreciado na ordem do dia. Essa portaria basicamente coloca duas condições para o estágio externo: o aluno estar no segundo semestre e a média ponderada com reprovações do aluno ser acima de 5,0. Então isso é o que está na ordem do dia, está também disponível na pauta eletrônica. Essa proposta de minuta adveio de uma situação na qual nos indeferimos alguns pedidos de parecer de mérito de estágio externo, e alguns alunos entraram com recursos no Ministério Público inclusive, e nós perdemos essas questões, porque nós não tínhamos uma regulamentação própria, de forma que não poderíamos legalmente indeferir os pedidos de estágio porque nós não havíamos regulamentado esses procedimentos. Desta forma, essa portaria visa nos dar garantias legais nesse procedimento. A outra questão para hoje, que não está na ordem do dia, mas que já foi encaminhado ad referendum à direção, é a questão da adoção das cotas L1 e L2 pela unidade. Isso foi encaminhado ad referendum porque nosso prazo junto à reitoria de graduação era na segunda feira dia 22, e a nossa Congregação foi adiada em uma semana, então nós não pudemos passar aqui para vocês acompanharem esse procedimento, mas foi amplamente discutido na Comissão de Graduação, e se alguém tiver alguma dúvida com relação a esse procedimento, sugiro que procure o coordenador do curso ao qual pertence, pois ele tem todos os esclarecimentos referentes à forma pela qual encaminhamos essa questão. O posicionamento escolhido foi que a faculdade adote as cotas L1 e L2, que é o recorte social de até 1,5 salário mínimo, então agora uma parte de nossas vagas do SISU...". Em aparte, a Diretora: "Isso foi decidido no CoG, professor?". Prof. Emerson Galvani: "Está sendo discutido agora, neste momento.". Em aparte, a **Diretora**: "Então não foi decidido no CoG? Foi na Comissão de Graduação da faculdade?". Prof. Emerson Galvani: "Isso. Algumas orientações vêm do CoG, por exemplo, a de 30% das vagas pertencerem ao SISU...". Em aparte, a **Diretora**: "Não, eu estou falando da questão do L1 e L2.". Prof. Emerson Galvani: "L1 e L2 foi discutido no

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

Conselho de Graduação, a unidade tinha que se manifestar até o dia 22 último, nós nos manifestamos via Comissão de Graduação e via coordenações de curso, pois houve um amplo debate junto aos coordenadores de cursos...". Em aparte, a Diretora: "Mas a decisão final é dependente da Congregação.". Prof. Emerson Galvani: "Então, nós ficamos em uma situação delicada, porque dia 22 de abril era a data máxima para encaminhar para pró-reitoria de graduação, porque o tema está sendo discutido agora, neste momento, lá.". Diretora: "Perdão, mas na minha visão, há um equívoco procedimental nesta questão. A adoção de medidas como essa por parte da instituição depende de aprovação ou não da Congregação. Se a Comissão de Graduação encaminha como posição da faculdade sem que a Congregação tenha discutido, o procedimento não foi cumprido.". Prof. Emerson Galvani: "É que isso seria discutido na Congregação do dia 18 de abril, que foi adiada.". Diretora: "Eu sei, eu entendi o argumento. Não obstante isso, o que a Comissão de Graduação tem que fazer é dizer a pró-reitoria que ainda não tem a posição fechada porque não houve Congregação.". Prof. Emerson Galvani: "Eu não acompanhei todo o processo, mas me parece que foi encaminhado ad referendum com o aval da direção da unidade.". Diretora: "Então isso entrou no meio de milhares de papéis que assino diariamente, eu peço desculpas. Mas eu não tinha clareza sobre o assunto, pois isso não é assunto ad referendum, embora eu possa ter assinado por equívoco, esse assunto precisa vir à Congregação.". Prof. Emerson Galvani: "Professora, nós trouxemos essa discussão aqui para a Congregação em setembro de 2018, quando as siglas L1 e L2 ainda eram algo novo. Então em setembro de 2018, nós entendemos que a nossa unidade não havia discutido a questão das cotas.". Em aparte, a **Diretora**: "Eu me lembro de tudo isso, pois tenho boa memória, no entanto, como não foi discutido, ficou da Congregação se posicionar posteriormente.". Prof. **Emerson Galvani**: "Muito bem. Trouxemos esse assunto para os coordenadores desde outubro do ano passado, os departamentos revisaram as plenárias, os conselhos, e entendeu-se que isso estaria sendo discutido na semana passada. Como não houve a Congregação, isso foi postergado. Mas nós tínhamos uma demanda do pró-reitor, inclusive ligamos para ele e falamos que nós tínhamos uma questão com as datas, mas ele respondeu que teríamos que responder via unidade, se não a questão seria mantida da forma como estava no vestibular de 2017. Essas cotas L1 e L2 são para o vestibular de 2020. No meu entendimento, a direção estava ciente desse processo, e que isso foi encaminhado ad referendum. Todos os anos a unidade pode se manifestar sobre isso, então daqui a seis meses nós podemos trazer novamente este tema para cá. Logo, se este ano cometemos esse equívoco procedimental, ano que vem isso pode ser revisto. Agora, se a senhora preferir, eu posso ligar para a Mona – que está no Conselho de Graduação – e dizer para ela que nossa unidade irá manter a posição de 2017.". Ana Paula Megiani: "Professora, eu queria só colocar minha posição a respeito do que o professor Emerson está informando, porque com a mudança da data da Congregação, como o prazo do envio dessas respostas era dia 22 de abril, eu acredito que essa foi a questão central do equívoco que o professor Emerson está relatando.". Diretora: "Eu tenho isso claro para mim. Porém isso devia ter passado pela Congregação, ainda que os motivos pelos quais não tenham passado sejam compreensíveis.". Prof. Emerson Galvani: "Nós iremos tentar neste exato momento retirar a nossa proposta do Conselho de Graduação, para que não haja uma questão mal resolvida.". **Diretora**: "O que podemos fazer agora na Congregação é dizer que a proposta foi uma decisão da Comissão de Graduação, mas que os representantes dos departamentos presentes na Congregação apoiaram, e que pediremos um referendo da Congregação.". Prof. Emerson Galvani: "Para mim está ótimo. Lembrando que daqui a seis meses esse tema voltará aqui.". Diretora: "Eu consulto então essa Congregação referenda a posição da Comissão de Graduação.". A posição da Comissão de Graduação sobre as cotas L1 e L2 enviadas para o Conselho de Graduação foi aprovada como primeiro item da Ordem do Dia. **EXPEDIENTE** DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – Profa. Cláudia Pino: "Boa tarde. Houve mais um edital da pró-reitoria, que vocês devem ter visto, saiu há uma semana, o edital de estágio curto no exterior, que interessa especialmente os alunos de pós-graduação, que com esse novo

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

edital podem fazer um estágio de curta duração para uma summer school, para fazer um curso específico, entre outros. Mas o mais importante que eu tenho para trazer para vocês é a análise qualitativa da pós-graduação que, novamente, causou polêmica na última CPG. Os docentes ligados à pós-graduação já receberam um *email* do pró-reitor pedindo para que seja preenchido um novo sistema da USP, o 'We are USP', que é o sistema que faz a análise da pós-graduação. Isso gerou bastante polêmica na CPG, os coordenadores se manifestaram na sua maioria favoráveis ao preenchimento, diferentemente da outra vez, em que houve uma grande resistência dos coordenadores, porém eles fizeram vários questionamentos à análise qualitativa. E hoje de manhã eu tive uma reunião com o pró-reitor em que ele esclareceu essas questões, então eu gostaria de passar esses esclarecimentos aqui para todos. O primeiro questionamento da CPG foi o porquê de se fazer isso, o porquê de mais uma avaliação, de mais um trabalho para coordenadores e orientadores, além dos pareceristas externos que teremos que contratar. Um outro grande questionamento da CPG foi porquê, de alguma forma, fazer uma análise nos moldes da CAPES. A justificativa do pró-reitor é preparar todos os programas de pósgraduação para o preenchimento do Sucupira. A avaliação que eles fizeram da última análise qualitativa é que os programas não estão preparados para preencher bem a avaliação da CAPES. Então antes desse tipo de análise ser aplicada pela CAPES, através do Sucupira, ela vai ser feita aqui na USP. Com relação aos prazos da análise qualitativa, a primeira fase - a fase mais importante para nós -, que deve ser preenchida pelos coordenadores e pelos orientadores, é até 05 de maio. É uma data bem próxima, portanto solicito que prestem atenção. É bastante rápido de preencher, tanto para coordenadores quanto para orientadores. Os orientadores têm que escolher a sua produção mais importante nos últimos dois anos, mas não a produção do orientador, mas sim com o discente. Não é a análise de nossa produção, e o pró-reitor foi bem claro em relação a isso; a próxima avaliação da CAPES, do Sucupira, de fato, vai levar em conta a produção discente, e vai dar menos importância a análise da produção docente. Em princípio essa produção discente é uma produção em conjunto com o professor, mas como essa não é uma prática comum nas ciências humanas, o professor Carlote sugere colocar a tese do aluno e na justificativa dizer o que essa tese gerou, porque essa tese foi escolhida, e aí é importante colocar que ela produziu uma publicação por parte do aluno. Na análise qualitativa, cada vez que um professor escolher uma produção, ele vai ter que justificar isso, e depois o parecerista externo vai analisar isso: ele não vai ler a produção, mas sim a justificativa. E é aí que usaremos todos os elementos que nós discutimos há dois anos atrás, quando afirmamos que as ciências humanas não trabalham com análise de impacto, sendo necessário outro tipo de justificativa para a análise do impacto da produção científica em humanas, então é nessa justificativa que nós utilizaremos exatamente isso que nós consideramos que são índices de impacto nas ciências humanas, que vocês sabem o que é para a área de cada um de vocês, mas que eu resumo o que decidimos da outra vez: prêmios, resenhas, reportagens e circulação em revistas importantes dentro da área.". Prof. Ronald Beline: "Eu tentei inúmeras vezes entrar nesse sistema e não consigo.". **Profa. Cláudia Pino**: "Eu vou enviar um *email* para você dando o contato da pessoa que está responsável por isso na pró-reitoria, para você falar diretamente com ele.". Prof. Cícero de Araújo: "Boa tarde a todos, obrigado pela informação. Eu estava lendo agora uma notícia que saiu no jornal da USP, da segunda semana de abril, dizendo que os reitores da UNICAMP, USP, UNESP e UNIFESP se reuniram com a CAPES e com a FAPESP para propor mudanças importantes na pós-graduação. Eu não sei, Cláudia, se vocês chegaram a discutir essa questão na CPG, mas pelo que eu entendi me parece que agora nós vamos ter que nos preparar para essa mudança, que é uma mudança muito forte no mestrado, então eu sugiro que seja prevista uma discussão na CPG sobre isso, para que essa discussão nos subsidie para uma discussão aqui, na próxima Congregação.". Em aparte, Prof. Paulo Martins: "Cícero, se me permite um esclarecimento, eu estive em uma reunião de dirigentes que houve em Pirassununga, na qual o professor Carlote apresentou um conjunto de slides em que ele mostrava qual era a proposta que ele iria articular junto com as universidades estaduais

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303 304

305

306

paulistas e a UNIFESP a respeito de um novo formato da pós-graduação que tirava a importância do mestrado e centrava mais no doutorado direto. Não que acabasse o mestrado, mas que, salvo engano meu, iria possibilitar um ingresso mais rápido no doutorado para o aluno, que caso bem avaliado, faria apenas um ano do mestrado e iria diretamente para o doutorado depois. Há outros detalhes, como por exemplo o fato de que o doutorado direto seria concedido com bolsa integral, ou seja, automaticamente durante todo o doutorado.". Prof. Cícero de Araújo: "Sim. Na verdade, eu não tenho maiores informações, eu só dei o informe para ressaltar que devemos discutir o assunto, porque mesmo que seja facultado uma espécie de sistema misto, do antigo mestrado acadêmico com o doutorado, nós sabemos que as agências e os próprios órgãos da universidade têm uma força muito grande de dar o direcionamento do processo, então eu acho que nós temos que discutir essa questão e ver como podemos atuar em relação a isso.". Diretora: "Eu concordo. Este é um tema que não pode passar sem uma ampla discussão, e a Congregação tem que discutir muito, porque isso implicaria em mudanças em toda a pós-graduação.". Prof. Wagner Ribeiro: "Eu só queria aproveitar o ensejo para fazer um breve comentário sobre o fato de que diversos membros da CAPES têm, já há algum tempo, a propensão de avaliar o que eles chamam de 'o produto' que a CAPES traz, e para eles 'o produto' é o aluno. Então há algum, não é de hoje, se fala dentro da CAPES em avaliar a produção do aluno. Por isso que há algum tempo vocês têm percebido uma certa pressão em se produzir com o aluno, e agora o que me parece é que isso ficará um pouco mais explícito, uma vez que a CAPES vai passar a avaliar, de fato, o que ela tem como missão-fim, que é o mestre ou o doutor. E isso certamente impacta diretamente em nossa forma de organização. Então não vai adiantar muito você ser um professor-pesquisador com diversos convênios se o seu aluno, por exemplo, não publicar nada depois de ter defendido seu mestrado. Em outras áreas essa cultura de se produzir com o aluno é algo completamente recorrente, mas na área de humanas esse é um problema um pouco mais sério.". Prof. Paulo Martins: "Me parece muito claro que isso é uma tendência mundial de desvalorização do mestrado e supervalorização do doutorado.". Prof. Luís Oliva: "Eu acho que se fosse para discutirmos realmente o conteúdo isso precisaria ser um ponto de pauta e uma discussão mais longa, mas eu gostaria de saber o objetivamente o que esse acordo já assinado implica, ou seja, o que nós, a médio prazo, vamos ter que fazer em função desse acordo? Ou é somente uma carta de intenções? Eu confesso que não entendi muito bem.". Profa. Cláudia Pino: "Gostaria de lembrar que eu trouxe essa questão na primeira Congregação e na primeira CPG do ano, então essa não é a primeira vez que discutimos isso aqui. No momento em que o pró-reitor apresentou este projeto no ano passado, ele ainda não estava na forma de projeto terminado, era apenas uma ideia, e essa ideia originalmente consistia na mudança de formato do mestrado, porém que não fosse obrigatória, então a área de humanas poderia continuar nos mesmos moldes de hoje, se preferisse. Sobre a análise qualitativa e a produção conjunta aluno-professor, eu acho que o professor Carlote foi bem receptivo às nossas críticas de dois atrás, e deixou bem claro que ele entende que na área de ciências humanas isso é diferente, e que deve ser colocado, nesse caso, a tese, que é de autoria conjunta, do aluno e do professor, para mostrar que isso realmente veio do trabalho conjunto dos dois, e depois indicar a publicação só do aluno, ou qualquer outra coisa que isso tenha gerado. A pró-reitoria não está propondo aqui que as ciências humanas usem essa mesma prática das ciências exatas, pelo contrário: ele aceitou nossas sugestões, e colocou isso na forma de avaliação agora.". EXPEDIENTE DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO -Prof. Yuri Rocha: "Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu quero agradecer aos docentes, os funcionários e funcionárias envolvidos na organização do evento do programa 'USP e as Profissões', a visita monitorada às unidades. A nossa foi dia 12 de abril, contou com cerca de 160 alunos do ensino médio participantes. Houve uma visita monitorada ao laboratório de climatologia e biogeografia do departamento de geografia e à biblioteca. Eu queria reforçar que a Feira das Profissões deste ano será realizada em duas localidades: dias 30 e 31 de maio em Ribeirão Preto e dos dias 22 a 24 de agosto no Parque CienTec. Os representantes estão

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

levando as solicitações aos departamentos para participarem dessa reunião. Os projetos que a CCEX está envolvida atualmente são: a organização da feira de troca do livro, que acontecerá nos dias 13 e 14 no vão do prédio de geografia e história; e nos dias 06 e 07 de junho a realização de um evento chamado 'Meio Ambiente na FFLCH', para que os docentes pesquisadores e pesquisadoras de nossa faculdade expressem o conhecimento científico e crítico que nossa faculdade tem em relação à área ambiental, em duas mesas que ocorrerão no horário entre aulas, no auditório Milton Santos. Ademais, está sendo enviada aos representantes uma proposta do oferecimento de cursos de inverno da FFLCH, que ocorrerão em julho, do dia 22 ao 26. Ocorrerá a décima oitava edição do Encontro USP Escola, que ocorrerá dos dias 15 a 19 de julho, com a montagem de cursos de vinte ou quarenta horas, e essas informações também estão sendo repassadas aos representantes dos departamentos. Gostaria de ressaltar que a CCEX da faculdade está participando da coordenação dessa edição do Encontro USP Escola, porque a pró-reitoria está em uma fase de transição, em conjunto com a CCEX da faculdade de educação e da faculdade de medicina veterinária. Saiu o resultado do edital de empreendedorismo social, que eu olhei, mas não consegui visualizar se nossa faculdade foi contemplada, porque a informação não traz a origem dos projetos. Estão abertos outros dois editais: até dia 30 de maio o Concurso Nascente, que é um concurso cultural dirigido aos discentes de diversas áreas, com premiações de até quatro mil reais; e o 4º Edital Santander USP de fomento às iniciativas de cultura e extensão, cujas inscrições serão abertas em 06 de maio e encerradas em 17 de junho. Por fim, a pró-reitoria de cultura e extensão abriu um formulário para as unidades interessadas em receber algum fomento no apoio financeiro para realização de eventos de cultura e extensão. Há um link, que já foi mandado para os representantes, e para quem se interessar, basta preencher esse formulário, porém ainda não há nenhuma indicação de como será a seleção, de qual é o valor previsto para o apoio financeiro, mas é uma boa iniciativa, já que há muitos anos a pró-reitoria não tem aberto editais relacionados a essa área.". Diretora: "Obrigada, professor Yuri. Eu queria dizer que aquela reunião que vocês fizeram lá no anfiteatro Nicolau Sevcenko para receber os alunos que vieram conhecer a nossa faculdade foi impressionante, dado o interesse e o número de estudantes envolvidos. Parabéns.". Prof. Yuri Rocha: "Professora, gostaria de aproveitar a deixa da senhora para relatar uma ideia da CCEX, que pelo uma vez ao ano a unidade tenha essa visita dos estudantes, porque a visita monitorada às unidades é uma iniciativa da pró-reitoria. Então nós estamos pensando em um formato a cada três meses ou duas vezes por semestre, colocarmos a FFLCH de portas abertas, porque há uma demanda que é maior do que o número contemplado pela iniciativa da pró-reitoria. Dessa forma, estamos começando a montar um projeto em relação a isso.". EXPEDIENTE DA REPRESENTAÇÃO FUNCIONAL - João Borghi: "Boa tarde a todos. Hoje, na verdade, não era para eu estar aqui. Hoje seria o último dia do Congresso dos Funcionários da USP, que estava marcado já desde o início do ano, no entanto, a reitoria inviabilizou a realização deste congresso. Seria a sétima edição do Congresso dos Funcionários da USP, e o congresso é a instância máxima decisória de nosso sindicato, de nossa categoria, no qual nós discutiríamos tanto as tarefas dos trabalhadores da USP frente à conjuntura nacional, à conjuntura da universidade, quanto o funcionamento do nosso sindicato, as mudanças estatutárias, etc. Infelizmente, pela primeira vez na história, nosso congresso não pôde acontecer, e nós suspendemos o congresso já na plenária de abertura, na segunda feira a noite, por conta da inviabilização imposta pela reitoria. Esse congresso já estava marcado há alguns meses, foi objeto de negociação entre a reitoria e o sindicato, portanto a reitoria já tinha conhecimento do evento, o sindicato cobrou diversas vezes da reitoria uma manifestação a respeito da liberação dos delegados eleitos nas unidades para participar do congresso, e aqui na faculdade a professora Maria Arminda já tinha autorizado todos os delegados a participar do congresso, já tinha despachado essa autorização, no entanto, depois de todos esses meses, na quinta-feira - véspera do feriado de páscoa - os dirigentes das unidades receberam um comunicado da CODAGE, determinando a reposição das horas do congresso para os delegados

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

que não eram diretores do SINTUSP, alegando que a liberação desses funcionários não estava prevista no acordo coletivo. E realmente não estava, pois o que estava previsto era a liberação dos dirigentes sindicais e diretores de base do SINTUSP. No entanto, nós viemos cobrando da reitoria desde o ano passado a questão da liberação para atividade sindical para todos os delegados. O sindicato sequer foi comunicado dessa decisão de não liberação, isso foi direto para as diretorias das unidades. Nós ficamos sabendo por nossos próprios meios. Caracterizamos isso um desrespeito muito grande à nossa categoria, à forma como nos organizamos, tendo em vista inclusive uma diferença no tratamento, uma vez que é comum entre os docentes o afastamento para participar de congressos e conferências. E esse é o congresso da nossa própria categoria, que só acontece de três em três anos. Nós já recebemos manifestações de apoio, exortando o reitor da universidade a rever essa medida, da Associação dos Docentes da USP, uma carta endereçada ao reitor assinada por todos os presidentes de todas as centrais sindicais, tivemos o apoio de diversos parlamentares também. Trazemos, portanto, uma proposta de moção de manifestação da Congregação da FFLCH a respeito disso que está acontecendo. Evidentemente, estamos abertos a qualquer modificação do conteúdo da moção. Para nós é bastante importante, diante do que foi dito também no começo dessa Congregação em relação aos ataques que vem sendo sofrendo a universidade, o apoio da Congregação, pois estamos em um contexto em que não só as universidades estão sofrendo ataques, mas também as organizações sindicais. Estamos em um contexto em que os sindicatos estão sendo bastante atacados, com a reforma trabalhista e com diversos empecilhos para a organização sindical que vêm sendo criados pelo governo. Portanto seria uma manifestação de apoio à realização do Congresso dos Funcionários da USP, em uma nova data, à ser decidida. Nós do sindicato dos trabalhadores da USP vamos nos reunir na terça-feira que vem para pensarmos o que faremos diante dessa situação, e estamos buscando, portanto, o apoio para que a reitoria reveja essa posição. Outra coisa que gostaria de falar, sobre uma informação que tivemos de última hora, é que está marcado para o dia 03 de maio o pregão para o serviço de terceirização do serviço de copa na nossa faculdade. Diante disso, eu gostaria de reafirmar a nossa contrariedade à terceirização dos serviços da nossa faculdade. A terceirização é um processo que vem de um congelamento de contratação, PIDVs, falta de funcionários, e que precariza cada vez mais as condições de trabalho, uma vez que a terceirização se dá em base à super-exploração de trabalhadores com menos direitos e salários bastante menores do que os trabalhadores efetivos.". Diretora: "Em primeiro lugar, moções têm prazo regimental para entrarem. Pelo que eu entendi do que o senhor falou, o reitor não suspendeu o congresso e deu licença para os representantes irem, e aqueles que não são representantes poderiam mediante a compensação de horas, pois o argumento da reitoria era que liberar os não representantes também não era parte do acordo coletivo, que era só para os representantes. No que diz respeito à direção da faculdade, eu própria autorizei que todos fossem, mesmo que não fossem dirigentes do SINTUSP. Em relação ao assunto da copa, vocês precisam se informar melhor. Claro que há um processo de licitação para terceirização de copeiras, porque a USP não contrata, mas ele está parado. O processo está pronto, mas não foi assinado e a licitação não foi feita. Ele foi feito somente para um caso de urgência, pois aí não haveria outra maneira de resolver a questão, uma vez que o serviço público não está mais contratando. Em relação à moção, ela precisaria ter chego no tempo regimental para ser de fato uma moção. Mas eu também pergunto: como fazer uma moção dizendo que o reitor estava impedindo a realização do congresso, sendo que o argumento utilizado é que aqueles que não fazem parte da direção do SINTUSP e que, portanto, não fazem parte também do acordo coletivo feito com o sindicato, devem compensar as horas de trabalho?". João Borghi: "O reitor não nos proibiu de fazer o congresso, mas ele inviabilizou a participação de delegados que não fossem diretores do sindicato.". Em aparte, a **Diretora**: "Não inviabilizou. Bastava que as pessoas depois compensassem.". João Borghi: "Um congresso supõe a possibilidade de participação de todos os membros de nossa categoria, pois esse é o fórum máximo da categoria. Então todos os

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418 419

420

421

422

423

424

425

426

427

428 429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456 457

458

459

funcionários da USP, independentemente de serem ou não dirigentes sindicais, têm o direito de participar desse congresso. E para esses funcionários exatamente, em um evento cuja periodicidade é de três em três anos, a reitoria criou o empecilho de compensação de horas. Aqui na faculdade nós tivemos o apoio da direção, mas na realidade dos trabalhadores da USP em geral que participam desse congresso está sendo cobrado cada minuto dos funcionários em momentos que a universidade não funciona. Os recessos de final de ano têm que ser pagos, cada minuto, e já são muitas horas, então colocar mais três dias de compensação inviabilizou a participação da maioria dos delegados do congresso, e inclusive abriu espaço para coisas que nunca aconteceram, como o fato dos diretores de algumas unidades fazerem uma distinção, liberando uma parte dos funcionários e não liberando outra. Toda uma situação foi criada pela atitude da reitoria, inviabilizando a participação da maioria dos funcionários, nos obrigando a suspender o congresso. Na prática, o que está acontecendo é um ataque a um instrumento histórico de organização de nossa categoria.". Diretora: "É claro que a Congregação pode e deve manifestar sua posição, mas quanto à moção fora do regimento da Congregação, na medida em que essa direção faz questão de procedimentos, ela não será acolhida. Ainda sim eu pergunto a esta Congregação se alguém tem uma posição contrária à decisão da direção ou gostaria de rediscutir.". Ninguém se manifesta. João Borghi: "A questão é: a Congregação se omite ou não em relação a este fato? É gravíssimo o que aconteceu, foi bastante desrespeitoso com nossa categoria, e eu realmente tinha a expectativa de que a direção da faculdade nos apoiasse frente uma medida tão autoritária da reitoria. Em relação as copas, não é que estejamos desinformados, o fato é que está marcado um pregão a respeito da terceirização da copa". Prof. Paulo Martins: "Ontem eu fiz o despacho com o financeiro. Para que haja o pregão, precisa haver a assinatura, e essa assinatura ainda não foi dada. Nesse sentido, eu corroboro o que foi dito pela professora Maria Arminda: ainda não há o despacho da reitoria para a realização do pregão.". Guilherme Arruda (representante discente): "Professora, eu acho que se a questão é simplesmente o andamento da Congregação, por que não colocar a moção na ordem do dia?". Em aparte, a **Diretora**: "Há regimentos.". **Guilherme Arruda**: "Eu entendo que haja regimentos, isso seria extraordinário ao regimento, mas acredito que a situação também seja extraordinária. Diretora: "A universidade é uma instituição, e como uma instituição ela tem regras. A faculdade é muito flexível em relação às regras, todavia há limites. Além disso, a própria matéria é altamente controvertida: a faculdade fazer uma moção, sendo que factualmente o reitor não só não impediu a realização do congresso, como também respeitou o acordo coletivo com o sindicato. O reitor simplesmente pediu que as horas fossem compensadas. Ainda sim, eu consulto se essa Congregação, em sua maioria, vota pela inclusão da moção na pauta.". Prof. Luís Oliva: "Com todo respeito à colocação do funcionário, visto que não há uma nova data marcada para este congresso, portanto não há essa premência toda, talvez fosse possível simplesmente recolocar essa moção, dentro do prazo regimental, para ser votada na próxima Congregação.". João Borghi: "Eu não sei se vai dar tempo até a próxima Congregação. Pode ser que dê, professor, e aí sua colocação seria adequada, mas eu não tenho essa certeza, pois está tudo indefinido.". Prof. Paulo Martins: "Eu coloco em votação: sim para a inclusão da moção na pauta, e não pela não inclusão.". Em votação, a Congregação NÃO aprovou a inclusão da moção na pauta.". EXPEDIENTE DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE - Diego da Silva: "Boa tarde a todos e todas, eu sou o representante discente da filosofia, e como é tradicional eu vou ler uma carta dos estudantes da filosofia, mas antes eu queria abrir um parêntese para registrar a profunda lamentação pelo parecer da Comissão de Graduação pela implementação do critério de renda nas cotas, porque novamente parece que fica um amargo na boca dos estudantes de não participar dessas decisões. São decisões tomadas nos fóruns, nos conselhos docentes, e que não passam pelos estudantes, sendo que nos movimentamos também nesse assunto. E também, em auxílio ao representante dos funcionários, eu queria dizer que parece que existe aqui uma correlação de forças que não se mede para o lado dos estudantes e funcionários. Eu mandei um email de inclusão de pauta para

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469 470

471

472473

474

475

476

477

478

479

480

481

482 483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498 499

500

501

502

503

504505

506

507 508

509

510

uma moção que seria votada hoje, uma semana atrás, ainda no período regimental, e ela não foi anexada. Ou seja, existem erros e exceções que as vezes dependem só da boa vontade da Congregação para serem resolvidos. Inclusive a própria situação da Comissão de Graduação foi uma exceção votada, aprovada e incluída na pauta. Agora eu vou ler o texto dos estudantes: 'Estudantes de filosofia em suas assembleias, reunião de departamento e reuniões ordinárias do centro acadêmico estão discutindo a implementação do critério de renda para as cotas na USP, já que nos foi informado que essa pauta será mais cedo ou mais tarde colocada. A partir dessa discussão, achamos oportuno tentar colocar novamente na Congregação a discussão sobre permanência e a posição da Congregação em relação a essa pauta. Para isso, gostaríamos de retomar alguns pontos e esclarecer melhor a questão em debate. Em entrevista ao jornal UOL, o reitor Vahan declarou que a universidade não deveria assumir um papel assistencialista, que supostamente ela vinha assumindo cada vez mais, em decorrência da aprovação das cotas. Esse aumento de seu papel assistencialista estaria expresso nos números de parte do orçamento da universidade destinado à permanência, que teria passado de R\$170.724.142,00 em 2013 para R\$217.378.575,00 em 2017. Segundo ele, o Estado deveria assumir a responsabilidade pela assistência estudantil, visto que a universidade não estaria apta para realizar tal função. O reitor, portanto, é claramente contrário à ampliação das políticas de permanência, e como temos visto nos últimos meses, ele e seus superintendentes têm agido em função de suas concepções, por tomarem decisões baseadas nas ideias que têm sobre o que a universidade deveria ser e quais os papeis que deviria cumprir. Ignoram que a Universidade de São Paulo tem tido, nos últimos anos, as características concretas dos problemas e a regulamentação em torno do assunto. Isso não é uma acusação, mas um atestado, como vocês poderão ver a seguir. A universidade tem sido responsável pela garantia das condições necessárias para que seus estudantes consigam se manter em suas graduações. Ela tem sido responsável não apenas administrativamente, como o reitor considera, mas por posições político sociais, isto é, posições ligadas ao papel que a universidade tem assumido em relação ao contexto econômico e político da sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social e racial. A USP usou de seus meios políticos e administrativos para manter e desenvolver o seu valor normativo, qual seja, o de uma universidade pública, gratuita e de qualidade para todos os seus estudantes, trabalhadores e docentes. Para a realização desse valor, uma das condições pressupostas tem sido a da atuação em torno da promoção e manutenção da dignidade de seus estudantes. Nesse sentido, a concepção de que as políticas assistencialistas são excesso e tem prejudicado o desenvolvimento pleno da universidade vai na contramão da posição que tem sido tomada, ou seja, um retrocesso em relação a consideração de que essas políticas fazem parte de uma ação maior e mais complexa de garantia de direitos, entre eles o direito a educação. Partindo da história desta instituição nos últimos anos, consideramos, em primeiro lugar, que já não se trata de se discutir se a USP é, a priori, responsável ou não pela permanência, mas de que ela se responsabilizou por isso, tendo elaborado, por exemplo, uma superintendência de assistência social, um conjunto residencial e uma parcela de seu orçamento, anualmente destinado para as políticas de permanência. Em segundo lugar, devemos avaliar os dados apresentados pelo reitor. Esses dados concernem apenas ao orçamento aprovado pela permanência estudantil, mas não dizem respeito ao que foi efetivamente realizado. Existe uma lacuna entre o valor aprovado pela administração e aquele que é executado. Essa lacuna se expressa, por um lado, a partir de um teste empírico simples: basta andar pelo CRUSP, andas por suas cozinhas, lavanderias, olhar a estrutura dos prédios, e vemos que a infraestrutura do CRUSP não tem sido passado por manutenção, e por isso vem se precarizando. A realidade efetiva contradiz o discurso do aumento dos gastos com a permanência. Por outro lado, os dados disponíveis no anuário da USP em relação a permanência são destoantes dos apresentados no portal da USP – o único meio em que podemos discriminar o que foi aprovado no orçamento e o que foi realmente executado. Assim, enquanto no anuário da USP constam 25 milhões de reais gastos com moradia, em 2017, no

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558559

560

561

portal de transparência, não consta nada para o mesmo ano; enquanto no anuário consta 27 milhões de reais gastos com bolsa moradia em 2017, no portal de transparência consta 19 milhões e quinhentos mil empenhados. Assim, não há, de fato, transparência para saber o que está acontecendo e sendo gasto para concretizar o direito à permanência. Outras duas questões, além daquelas observadas com uma rápida visita ao CRUSP, e que apontam para o contrário do que a reitoria diz que está fazendo em prol da permanência são: a recente perseguição do SAS aos alunos ditos irregulares e as ameaças de retirada de vagas de moradores que acolhem estudantes que precisam de moradia, ao invés de buscar ampliar concretamente a política de permanência, à partir da ampliação; e a retirada do passe livre e do estudantil para moradores do CRUSP esse ano. Esses fatos constam em documentos que foram enviados juntos com a inserção da pauta' - que não foi inserida - ', contando com uma avaliação jurídica com o caráter inconstitucional dessas ações. Esses exemplos demonstram que existem algumas extensões internas em torno do futuro da instituição. Enquanto prosseguimos em uma iniciativa de ampliação política de cotas sociais e étnico raciais, debatendo sobre os pontos de implementação, vacilamos em torno das políticas de permanência estudantil, em uma óbvia falta de compreensão em torno das implicações diretamente derivadas da aplicação das cotas. Não acreditamos que se trata de questionar a implementação das cotas, visto que esse é o movimento que a sociedade tem adotado, mas sim de questionar o porquê de a universidade demonstrar uma vontade de se ausentar da responsabilidade que adotou para si'.". EXPEDIENTE DA REPRESENTAÇÃO **DISCENTE - Guilherme Arruda**: "A primeira coisa que gostaria de falar é que nesse último mês, junto aos professores e a chefia do departamento da história, nós conseguimos, nessa discussão sobre as cotas na universidade, nós conseguimos realizar duas plenárias com os estudantes e participação docente, e isso mostrou uma importante relação entre departamento e corpo discente. Nós saudamos esse tipo de iniciativa em que o departamento se dispõe a escutar os estudantes. Além disso, nos próximos dias, continuando o debate que nós sempre trazemos aqui, de que os estudantes estão organizando e cuidando de seu espaço, nós estaremos organizando os arquivos dos centros acadêmicos e das entidades estudantis do espaço Aquário, e em pouco faremos contato com a biblioteca, para talvez ter um apoio técnico. Por fim, nos últimos dois meses as salas pró-aluno, tanto do vão da história e geografia quanto dos dois outros prédios têm tido muitas falhas, passando muito tempo sem impressão. Os estudantes de história escreveram uma pequena nota sobre o assunto: 'Os estudantes de história, especialmente em universidade pública, entendida como de ponta em pesquisa e altamente conceituada, tem para si uma série de responsabilidades, no sentido de que consigam absorver o conhecimento que a universidade pode proporcionar. Dizemos "pode" pelas muitas barreiras advindas do modelo de universidade vigente, que dificultam para muitos estudantes o cumprimento de tais responsabilidades, como a realização das extensas leituras obrigatórias nas matérias que cursamos. Sendo assim, é imprescindível que nosso acesso a miríades de textos exigidos pela graduação seja simples, e abarque diversas possibilidades de acesso preferencialmente de menor ônus financeiro aos estudantes. Diante disso, a motivação da nota que apresentamos é a situação das salas pró-aluno, que são direito estudantil e teoricamente nos garantem acesso a computadores com internet e uma cota diária de páginas para impressão dos referidos textos. Desde o fim do mês de março, as salas pró-aluno de toda a FFLCH, especialmente a sala do prédio da história e geografia, têm estado totalmente sem impressão, o que nos tira um direito e dificulta em grande escala a realização das leituras que são nossa responsabilidade. Sabemos ser um problema técnico, de caráter excepcional, mas não obstante, há obstrução ao direito estudantil e à nossa capacidade de acessar a bibliografia com a qualidade necessária. Para além dessa situação de excepcionalidade, a falta de manutenção e de cuidados básicos têm colocado as salas pró-aluno em situação significamente precária já há algum tempo, situação que entendemos já ser de conhecimento da Congregação. É recorrente que as cotas diárias não sejam reestabelecidas quando perdidas, e

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

que a infraestrutura das salas, mesas, cadeiras, teclados, mouses, monitores, CPU's e impressoras apresente debilidade e/ou mal funcionamento. A FFLCH ganha reconhecimento pela pesquisa que produz. As salas pró-aluno são de responsabilidade da diretoria da faculdade. Para cumprir com nossa responsabilidade exigida e garantir nosso próprio progresso acadêmico, que reverbera na instituição, nós estudantes exigimos da diretoria o cumprimento de sua responsabilidade e postura. Os estudantes no momento desejam qualidade na estrutura do curso, e para isso pedem a manutenção urgente das salas pró-aluno e sua requalificação, para atender as necessidades acadêmicas dos estudantes. A presente nota acompanhará um abaixo assinado dos estudantes do curso de história como testemunho dos debates que a questão tem promovido entre nós.'. Obrigado.". Prof. Paulo Martins: "A faculdade de filosofia talvez seja uma das únicas que mantém as salas pró-aluno, que foram criadas há muitos anos atrás pela pró-reitoria de graduação. Em um determinado momento a pró-reitoria de graduação se eximiu da responsabilidade de manutenção, e a direção na época decidiu manter o serviço. O que aconteceu foi que continuamos mantendo isso durante anos, mas o fato é que o parque de computadores da faculdade como um todo é um parque já debilitado, e não é barato a troca de todos os computadores. Existe a boa vontade da direção, pois acreditamos que seja necessário que exista uma sala pró-aluno, e nós nos empenhamos para isso, entretanto falta dinheiro.". Diretora: "E também quero dizer que a pró-reitoria de graduação comunicou que não concederá nenhum computador para as salas pró-aluno, a não ser que elas sejam reestruturadas e se transformem em centros coletivos de inovação. E quero dizer mais: essa direção pegou a sala pró-aluno sem computador, sem impressora. A área de informática dessa faculdade é uma área turbulenta, e que torna complexa a direção da conta de todas as questões que os senhores imaginam que deveriam ser respondidas - sem contar o orçamento que não sobe.". Neli Maximino: "Eu creio que embora haja problemas, os computadores estão em um bom funcionamento, porque toda semana nós pedimos papel. Só para vocês terem uma ideia, toda semana eu peço quatro caixas de papel, cada caixa com dez pacotes de quinhentas folhas. Isso quer dizer que a sala está sendo usada. A letras, que tem muita impressão, acaba quebrando mais, mas mesmo assim fica em funcionamento. Nós estamos tentando fazer nosso máximo. Esse mês mesmo o Wellington, que é o técnico responsável, me pediu teclado e mouse para a pró-aluno de letras.". EXPEDIENTE DA REPRESENTAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - Prof. José Luiz Portella: "Eu queria começar pelas palavras que o professor André Singer proferiu na última Congregação sobre a participação da faculdade no Conselho Universitário e nas comissões, que era reduzida, e em relação a qual ele cobrava uma participação maior. Nós não estamos participando de algo muito importante, o que tem reflexos com dimensão grande na faculdade. Nessa linha, eu queria falar sobre algo que conversei com outros alunos da pós-graduação e do doutorado, que é a participação da faculdade no debate público. Nós não temos visto, ou se ocorre, não é visível. Reforma da previdência, desemprego, novas formas de ocupação, tudo isso são grandes temas no país, e que hoje vão modificar toda a vida do país. E não se tem uma outra opção que não a opção oficinal. E eu acho que a academia tem o trabalho de produzir ideias, pesquisas sobre o assunto. Ela não tem a obrigação de produzir políticas públicas necessariamente, mas em quase todo lugar é na academia que vai se buscar os grandes estudos e ideias que permita que a sociedade tenha opções, algo que hoje nós não temos, porque hoje nós temos uma reforma previdenciária que aparece como única opção possível, velando outras coisas que não são discutidas, como juros sobre capital próprio, tributação sobre dividendos, emenda de um trilhão – grandes coisas que permitiriam uma economia diferente para o país. O meu ponto é: nós não estamos apresentando essas ideias que produzimos aqui dentro. O grande papel dessa faculdade é ser uma produtora de ideias. A POLI produz coisas concretas, aqui produzimos ideias. E eu acho que nós estamos ausentes do debate público, então precisamos de um movimento no sentido de trazer estas pesquisas, para fornecer à sociedade outras opções. Outra coisa, ainda nessa linha, é que eu sinto que a faculdade, diante desse quadro que estamos vivendo no país,

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

fica acuada. Nós estamos muito voltados para dentro, e não estamos discutindo os assuntos pertinentes a nossa sociedade. Eu vejo que nossos professores, que são muito capazes, não são referência para a mídia. A mídia sempre precisa de pessoas com um conhecimento profundo para explorar assuntos que ela não conhece, e nós vemos que aparece muito mais professores de outras universidades, outras faculdades, sendo que nós temos professores bastante capazes aqui. E, para concluir, eu queria falar sobre a questão orçamentária. Nós perdemos muito mais dinheiro com aquilo que deixamos de utilizar do que aquilo que é reivindicado e que recebemos aquém do que reivindicamos, porque quando eles repõem o dinheiro de um ano para o outro, não há reposição da inflação, então perdemos cerca de 20% de nosso poder aquisitivo. Esse dinheiro, que tem sido da ordem de um milhão por ano, é uma perda brutal. Talvez ela consiga repor 90% de todas as necessidades que as pessoas reclamam que não foram atendidas. Todo ano eu ofereço um curso gratuito para falar sobre projeto e orçamento, como se faz um projeto, como se junta isso ao orçamento, como se pode fazer uma proposta orçamentária com mais chance de ser feita corretamente, e como aproveitar o dinheiro que não tem sido gasto. Nós vamos iniciar esse curso provavelmente agora no dia 07 de maio, e eu peço que os senhores indiquem alguém para fazer o curso, porque a ideia é que cada área, cada departamento e setor tenha alguém que saiba fazer o orçamento. Há uma técnica por trás disso, uma metodologia que implica diretamente no aproveitamento do dinheiro.". Diretora: "Muito obrigada. Em primeiro lugar, eu quero agradecer a ajuda que você tem dado à faculdade, em vários campos. Em segundo lugar, nós vamos divulgar amplamente o curso. Essa direção tem enfatizado que é necessário que tenhamos conhecimento de certos mecanismos básicos e fundamentais da gestão pública.". Prof. Marcelo da Silva: "Boa tarde. Eu gostaria de dar um informe breve a respeito da comissão que foi nomeada pela Congregação para discutir os critérios de distribuição dos claros docentes dos cargos de doutor. A diretoria recebeu, na semana passada, um comunicado do gabinete do reitor indicando que dos cem primeiros claros que a reitoria distribuiu, a faculdade foi contemplada com seis. Esses seis claros não correspondem, evidentemente, ao peso de nossa faculdade, que corresponde a cerca de 10% do valor da universidade, pensando apenas no número de alunos. Então, nós solicitamos à direção que perguntasse à comissão responsável pela distribuição quais foram os critérios utilizados para esta distribuição, e que também nos informasse se esses mesmos critérios serão aplicados na distribuição dos 150 claros restantes, que serão distribuídos até o final do ano. Além disso, há também no ofício um parágrafo que foi de difícil compreensão para todos nós - nós discutimos amplamente o significado desse parágrafo. Eu vou lê-lo rapidamente para vocês: 'A comissão de claros docentes definiu que os concursos para provimento de cargos sejam abertos considerando-se um conjunto de disciplinas, afim de atender as necessidades de inserção dos docentes em diferentes momentos (semestres) dos cursos de graduação.". Diretora: "É realmente meio obscuro.". Prof. Marcelo da Silva: "Nosso pedido de esclarecimento é para saber exatamente o que a comissão entende por isso. Nós definimos um calendário de discussão, e nós apresentaremos para vocês na Congregação de maio os critérios para distribuição dos claros docentes. É muito importante ter em mente aqui duas coisas: a primeira é que, ao que tudo indica, a era de reposição automática terminou. O simples fato de existir uma comissão hoje que discute os critérios de distribuição é a prova de que a reposição automática não está mais na ordem do dia. E a segunda coisa é que distribuir seis claros para uma faculdade cujas perdas nos últimos anos se elevam a 65 professores, sem contar as próximas aposentadorias, é muito complicado. Nesse sentido, mais do que nunca, nós da comissão queremos fazer um apelo público no sentido de que nos permaneçamos unidos nessa distribuição. Essa união é fundamental para que essa distribuição e a próxima que vier não causem mais conflitos do que resoluções. Evidentemente que esses seis claros não resolvem, nem de longe, os nossos problemas, mas nós não podemos permitir que essa distribuição acabe complicando ainda mais a nossa situação. A comissão é composta por membros de todos os cursos desta faculdade, nós estamos bastante atentos a todos os elementos, todas as variáveis, e nós apresentaremos a vocês

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

na Congregação de maio o resultado de nosso trabalho que começou em março. Muito obrigado.". Diretora: "Muito obrigada, professor Marcelo. Eu quero agradecer toda a comissão, e voltar a agradecer o estudo que a comissão anterior também fez e que continua fazendo.". Prof. Álvaro Faleiros: "Boa tarde. Em relação a situação dos claros, no que diz respeito ao nosso departamento de letras modernas, só o nosso departamento perdeu vinte e quatro docentes. Nós éramos 72 há quatro anos atrás e hoje somos 49, e seremos 47 até o fim do semestre. Isso tem nos levado a pedir um número enorme, mais de uma dezena, e em breve mais outra dezena, de professores substitutos. A partir do próximo ano, praticamente metade de nossas disciplinas vão ter que ser oferecidas por professores substitutos, o que implica uma enorme precarização da qualidade do ensino e da qualidade da pesquisa em nosso departamento.". Profa. Cláudia Pino: "Eu tive algumas informações no decorrer da sessão. A primeira é que iremos receber a visita do pró-reitor de pós-graduação na próxima terça-feira às 10h da manhã e, portanto, irá coincidir com a vinda de outro pró-reitor.". Em aparte, a <u>Diretora</u>: "Não pode, professora Cláudia. De jeito nenhum. A senhora tem que avisá-lo que outro pró-reitor vai vir no mesmo horário, para que ele refaça sua agenda. Nós não podemos receber dois pró-reitores ao mesmo tempo.". Profa. Cláudia Pino: "Eu vou tentar falar com ele. O único problema que nós temos é que ele viria para a reunião da Comissão de Pósgraduação e essa reunião tem ocorrer antes da análise qualitativa, que precisa ser finalizada até o dia 05 de maio.". Diretora: "Olha, o pró-reitor de pesquisa vem segunda feira à tarde. O da pós pode vir na segunda de manhã. A pró-reitora de cultura e extensão, que já está esperando há tempos, vem na terça feira de manhã. O outro pró reitor pode vir na terça à tarde. Mas ao mesmo tempo não é possível, sob hipótese nenhuma.". Profa. Cláudia Pino: "Tudo bem. Eu vou falar para ele que isso não pode ocorrer, e espero que ele tenha outra data...". Em aparte, a <u>Diretora</u>: "Eu falo pessoalmente com o professor Carlote.". <u>Profa. Cláudia Pino</u>: "Tudo bem. A outra questão, que eu não falei antes, é que nós estamos organizando junto com a professora Laura Moutinho um encontro dos editores de revistas para discutir o novo qualis, que deve sair até junho mais ou menos, então nós queremos até final de maio realizar esse encontro. Finalmente, há uma questão sobre a contratação de professores. Hoje eu estive com o pró-reitor e ele me falou um pouco sobre como tinha sido feito o cálculo. Ele me disse que foi pego o déficit – embora o déficit não corresponda aos professores aposentados ou exonerados – e dividiram por quatro, e por isso nós recebemos seis novos claros. Mas é muito possível que nas próximas levas nós recebamos uma outra proporção disso, ou seja, como são quatrocentos professores, e agora foram cem, dos quais recebemos seis, é muito provável que como total nós possamos esperar vinte e quatro claros.". <u>Diretora</u>: "Obrigado, professora, pela informação. Mas eu vou dizer a vocês que eu sei os critérios que eles estão usando, por exemplo, evasão e nota dos programas de pós. Isso eu sei porque foi dito em uma reunião com o reitor.". Profa. Sueli Furlan: "Boa tarde a todos, são apenas duas coisas. A primeira é a solicitação de informação em relação aos nossos colegiados externos, se a faculdade se manifestou sobre o decreto do governador, que retirou das universidades públicas a participação no CONTRAD.". Em aparte, a **Diretora**: "Nós manifestamos. Foi divulgado na comunicação social.". **Profa.** Sueli Furlan: "A segunda questão é sobre notícias do encaminhamento que foi sendo dado. E, por fim, gostaria de fazer um agradecimento em relação ao esforço que foi feito para resolver um problema muito singular do departamento de geografia em relação aos trabalhos de campo. Eu estava no exterior, acompanhei à distância as reuniões que foram feitas na tentativa de resolver o problema, e eu queria só solicitar que a informação do procedimento novo fosse informada oficialmente, para que nós possamos instruir os professores do departamento que estão desenvolvendo suas agendas ainda pensando no modelo anterior.". Diretora: "Eu vou pedir ao Valdenir que encaminhe imediatamente a informação para todos os docentes da faculdade. Quanto à informação sobre o decreto do governador, que altera de treze para três representantes da universidade no CONDEPHAAT, a faculdade se associou a um documento de protesto que a FAU começou a conceber. A direção tomou providências de falar diretamente

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724 725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

com a reitoria. Eu falei por telefone com o reitor da UNICAMP e falei também com a professora assessora do reitor da UNESP. A decisão da universidade que foi tomada foi a de, ao invés de adiar a indicação, fazê-la, montando a lista a partir de indicações que os departamentos fizeram. Foi uma lista que envolveu a FAU, nós e o IAU - o Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos.". II - ADITAMENTO. 1.1 - Referendo da Comissão de Graduação sobre pesos e notas do SISU. Em discussão. Diretora: "Em linhas gerais, o L1 é uma reserva de vagas, disponibilizadas para ampla concorrência, para candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com renda familiar bruta per capta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos; e o L2 são vagas reservadas para candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com renda familiar bruta per capta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Os outros dois critérios, L3 e L4, a faculdade já adota. O L3 são vagas reservadas para candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e L4 são vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Portanto, o que se acrescenta em L1 é todo o ensino em escola pública com renda familiar per capta até 1,5 salários mínimos, e no L2, o ensino médio em escola pública, com renda familiar per capta até 1,5 salários mínimos. Eu disse que a questão do trâmite era importante porque questões desse tipo envolvem uma discussão que se refere a questões da permanência estudantil, questões referentes ao acompanhamento do desempenho acadêmico, a questão da evasão e o acompanhamento sistemático do prolongamento do tempo de curso. Essas questões vão exigir dos departamentos uma atenção. Em 2016, a faculdade formou 1.347 alunos, em 2017 formou 1.103 e em 2018 formou 897 alunos. A faculdade tem seguido a decisão de formar alunos cotistas e ao mesmo tempo de dar condições para que eles permaneçam na faculdade. Após a aprovação das cotas, a direção tem se esforçado em manter um contingente do seu orçamento que é baixo – com a permanência estudantil. É a única unidade da Universidade de São Paulo que tem quase 30% do seu orçamento básico com permanência estudantil. Isso envolve o PLEIA, as bolsas, as salas pró-aluno, o Programa de Apoio aos Cotistas, além de outras políticas de acolhimento. Essas decisões envolvem uma consideração de um conjunto de questões, para além do trâmite.". Profa. Mona Mohamad: "Boa tarde a todos e todas. Estou vindo da reunião da pró-reitoria de graduação, e eu vou tentar explanar o que aconteceu, mas eu gostaria de antemão de pedir que isso fosse, se possível, retirado de pauta, uma vez que na própria pró-reitoria de graduação a tabela vai sofrer reajustes. Quando nós nos reunimos na Comissão de Graduação para discutir essa tabela, tínhamos o entendimento de que os coordenadores dos seus respectivos cursos tinham feito essa discussão junto aos departamentos, então o que está aí é o resultado de uma ampla discussão já feita anteriormente pelos professores nos departamentos. Esse ano nós tivemos que entrar na discussão se nós aplicaríamos L1, L2, L3 ou L4. O L1 é com relação a escola pública, com renda inferior a 1,5 salários mínimos ou igual, L2 são os pretos, pardos e indígenas com renda inferior a 1,5 salários mínimos ou igual, L3 é escola pública sob qualquer renda e L4 é PPI, sob qualquer renda. Esse ano foi estipulado que a cota seria de 45%, dos quais 37,5% para escola pública – sendo que no SISU não pode passar de 30%. Também foi estipulado que a distribuição dos 45% seria por curso e por turno, então pegando o curso de ciências sociais como exemplo, abrem 100 vagas no vespertino, sendo 45 vagas para cotas, que devem ser distribuídas entre SISU e PPI de escolas públicas. No quesito escola pública, são 37,5% de 45, o que dá 17 vagas de escola pública. Do SISU são 30 vagas de 100. Quando os professores e nós fizemos essa distribuição, havia o entendimento de que poderíamos utilizar L1, L2 L3 e L4 também para a FUVEST, mas isso não foi possível de acontecer, porque há uma resolução de 107 definida no Conselho Universitário de que esses critérios estão restritos ao SISU apenas. Os coordenadores então refizeram uma distribuição da FUVEST, em uma distribuição que já é dada automaticamente pelo sistema. Nosso primeiro erro foi extrapolar isso e refazer a distribuição,

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788 789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

o segundo erro foi jogarmos muito para PPI e pouco para EP, o que gerou um problema muito sério, pois desta forma superamos os 45% das vagas totais, que é a porcentagem limite para cotas. Sintetizando, esses 30% do SISU cabe a nós distribuirmos entre os quatro critérios possíveis. Quando fazemos essa distribuição, o sistema joga automaticamente o restante e distribui na FUVEST. O problema foi que nós também mexemos com os dados da FUVEST, o que resultou em uma extrapolação, como foi dito. Se nós não fizermos essa distribuição, a próreitoria de graduação a faz automaticamente. Então eu pedi para o pró-reitor que retornasse essa tabela para que eu voltasse a conversar com os professores, para que sentássemos e fizéssemos nós essa distribuição, agora da maneira correta. O pró-reitor gentilmente cedeu o nosso direito de trabalharmos novamente essa tabela e nos deu o prazo até segunda-feira.". Em aparte, Prof. Paulo Martins: "Esses 45% entre FUVEST e SISU, para o SISU é 30% e sobra 15% para a FUVEST, é isso?". **Profa. Mona Mohamad**: "Exatamente.". **Prof. Paulo Martins**: "Vocês acharam então o número, que era os 30% do SISU, mais os 15% da FUVEST, e então vocês dividiram de acordo com as discussões realizadas nos cursos entre L1, L2, L3 e L4?". Profa. Mona Mohamad: "Sim. Mas nós vamos ter que refazer a tabela de distribuição, pois extrapolamos os 45% na divisão entre os cursos. E isso precisa ser feito até segunda feira, caso contrário perderemos a autonomia de distribuirmos as nossas cotas.". Prof. Cícero de Araújo: "A única coisa que eu tenho receio é que nós tomemos decisões que sejam unilaterais, no sentido de defendermos uma política que não seja exclusiva para a faculdade, pois devemos buscar na universidade alguma reciprocidade. Eu acho que seja importante que tomemos decisões que influenciem a universidade a tomar as mesmas decisões, ou que ao menos ela reconheça nosso esforço e nos dê um retorno em relação a isso. Por exemplo, há anos atrás nós tivemos uma discussão sobre o curso noturno, a universidade sofreu pressão para ter curso noturno. A universidade colocou a questão e a nossa faculdade entrou com um esforço especial em relação a isso, aprofundando a introdução de cursos noturnos, aumentando vagas, sendo que vários cursos da universidade não introduziram. Quer dizer, nós precisamos aproveitar o momento para colocar um trunfo na mesa na negociação geral.". Diretora: "Pois é, professor, mas essa é a dificuldade: a faculdade tem justamente feito esse esforço de incluir, no entanto, isso não resulta em reconhecimento desse esforço. Eu falei no último Conselho Universitário do quanto do orçamento básico da faculdade é destinado só para o acolhimento estudantil, sendo a faculdade a única unidade da universidade que faz isso. Eles acharam interessante e acabou, nada mais.". Profa. Mona Mohamad: "Professora, eu só gostaria de deixar claro que essa discussão de L1, L2, L3 e L4 não foi decidida pela Congregação, mas sim pelos departamentos, representados por seus coordenadores. Dessa forma, já foi feita uma ampla discussão nos departamentos.". Em aparte, a **Diretora**: "Mas os departamentos não têm autonomia para fazer a política geral da unidade. Há um colegiado para isso, que é a Congregação.". Profa. Mona Mohamad: "Tudo bem. Só gostaria de dizer que é necessário fazer essa distribuição igualitária de cotas entre as categorias porque houve uma denúncia de um aluno de ciências sociais de que a distribuição das vagas da FUVEST do ano passado não foram respeitadas, e realmente, jogou-se muito para PPI e EP e pouco para a FUVEST. Então, na verdade, esse equilíbrio se faz necessário – esse é um ponto. O outro ponto é que se nós não entregarmos a tabela, a divisão será feita por conta deles próprios.". Prof. Paulo Martins: "Eu posso dar uma sugestão de encaminhamento? Nós temos uma resolução da Comissão de Graduação, estabelecida de forma unitária, para responder à distribuição de L1, L2, L3 e L4?". Profa. Mona Mohamad: "Sim.". Prof. Paulo Martins: "Ou seja, nós temos uma decisão. Se nós temos uma posição da Comissão de Graduação, eu gostaria de saber com clareza qual é, e em seguida, encaminhando, a Congregação tem de votar se ela aceita ou não essa proposta. O que eu proponho é que analisemos qual é a proposta da Comissão de Graduação, para que possamos deliberar isso. Se acatarmos, não é necessária a reunião de segunda-feira. Se não acatarmos, que seja realizada a reunião de segunda-feira, cumprindo aquilo que nós decidirmos aqui.". Profa. Mona Mohamad: "A decisão já está aí. Nós fizemos a distribuição.". Diretora:

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864 865

866

867

"Essa decisão, professora, é a Congregação que tem que assumir. A Congregação aceita a proposta da Comissão? É isso. Mas a Congregação, para votar, precisa ter claro o que ela está votando.". Prof. Paulo Martins: "Eu pergunto ao plenário se estão esclarecidos sobre a proposta da Comissão de Graduação.". Diego da Silva: "Eu tenho um questionamento a respeito de como vocês implementaram a porcentagem no L1, L2, L3 e L4. Qual foi o critério?". Profa. Mona Mohamad: "Os professores trouxeram essa distribuição, nós nos reunimos e isso foi feito com base no que os professores trouxeram. Nada foi feito de forma aleatória.". Diretora: "Eu quero dizer que o encaminhamento do Paulo é perfeito, mas independentemente do que a Congregação aprovar, nós temos que saber que estamos aprovando as consequências das decisões. Por exemplo, pode ser que não tenha professor para uma para dar um atendimento para certos casos. Isso é preciso saber. Independentemente da decisão, eu vou dizer para vocês: a faculdade não tem mais como separar mais recursos para a permanência.". Profa. Mona Mohamad: "Foi levantada também na pró-reitoria de graduação essa questão de se analisar a sustentabilidade das políticas de acolhimento. As questões operacionalizadas serão também trazidas pela pró-reitoria de graduação. Em relação à questão de documentação, a pró-reitoria de graduação irá centralizar a matrícula. Essas são questões que o pró-reitor de graduação levantou para toda a universidade, então não só é uma questão de adotar as políticas e pronto, mas também de pensar todas as questões paralelas a isso.". Diretora: "Eu estou encaminhando a decisão da Comissão de Graduação a respeito da incorporação de faixas de renda L1 e L2 na aplicação das cotas, que este ano atinge a faixa de 45%, entre SISU e FUVEST, atendendo as reivindicações dos departamentos, e também encaminho a atribuição à Comissão de Graduação no ajuste da tabela em consonância com a resolução. É isso que está em votação agora.". Após discussão, o item do aditamento foi APROVADO. Diretora: "Agora eu farei um segundo encaminhamento, que é o seguinte: a faculdade não tem condições de ampliar recursos para a permanência estudantil, além do que já é gasto. Vamos votar?.". Após votação, o encaminhamento da Diretora foi APROVADO. ORDEM DO DIA. 1 - QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1 -INDICAÇÃO DE NOVO PRESIDENTE JUNTO A COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA FFLCH-USP, em virtude do término do mandato das Profas. Dras. Elisabeth Harkot e Fernanda Padovesi Fonseca. Proposta da CDDH-FFLCH para indicação dos professores representantes dos respectivos departamentos: DS: Prof. Dr. GUSTAVO VENTURI - Presidente. DCP: Profa. Dra. EUNICE OSTRENSKY- Viceo item foi APROVADO. Presidente. Após votação, **1.2** - INDICAÇÃO DE **REPRESENTANTES** JUNTO AO CONSELHO **DELIBERATIVO** DO CENTRO INTERUNIDADE DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DA USP (Proc. 98.1.3117.8.0). DF - Prof. Mauricio de Carvalho Ramos (Titular) e Prof. Valter Alnis Bezerra (Suplente). DH - Prof. Francisco Assis de Queiroz (Titular) e Profa. Márcia Barros da Silva (Suplente). DLCV - Profa. Sheila Vieira de Camargo Grillo (Titular) e Profa. Marly de Bari (Suplente). DG - Prof. Manoel Fernandes de Sousa Neto (Titular) e Prof. Elvio Rodrigues Martins (Suplente). DS - Prof. Ruy Gomes Braga Neto (Titular) e Prof. Luiz Carlos Jackson (Suplente). Após votação, o item foi APROVADO (Ruy Gomes Braga Neto e Luiz Carlos Jackson). 1.3 - COMISSÃO DE GRADUAÇÃO - PORTARIA PARA REGULAMENTAÇÃO DE ESTAGIOS DE GRADUAÇÃO EXTERNOS A FFLCH. Of. CG 10/219 -FFLCH - 14032019 - Portaria que dispõe sobre a política de estágios de Graduação não obrigatórios externos à Faculdade. Após votação, o item foi APROVADO. 2 - COMISSÃO DE GRADUAÇÃO - RECURSO. 2.1 -O Aluno EUCLIDES ROBERTO NOVAES DE SOUZA solicita, em grau de recurso, permissão para cursar menos créditos junto ao Curso de Filosofia desta Faculdade. v. anexo, parecer FAVORÁVEL do relator da Congregação, Prof. Dr. Marco Martinho dos Santos. Após votação, o item foi APROVADO. 3 - CONCURSO DOCENTE - ABERTURA DE EDITAL - TITULAR - votação aberta. 3.1 - DEPARTAMENTO: HISTÓRIA. CARGO: 01, RDIDP, MS-6 - TITULAR - nº 141.100, em função da aposentadoria do Prof. Dr. Carlos

868

869

870

871

872

873

874875

876

877 878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890 891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906 907

908

909

910

911

912

913

914

915916

917

918

Roberto Figueiredo Nogueira. (19.1.1381.8.3). ÁREA: HISTÓRIA E TEORIA PROGRAMA: 1. História, memória e patrimônio; 2. História, modernidade e modernização; 3. Diálogos e apropriações do cultural no campo histórico. 4. História e tempos históricos; 5. História e ciências sociais: a dimensão da interdisciplinaridade; 6. História, cultura e política; 7. História e historiografia; 8. História e Literatura: diálogos e aproximações; 10. História comparada, história transnacional, história global; 11. História e biografia; 12. História e pós-modernismo. 3.2 - DEPARTAMENTO: LETRAS MODERNAS. CARGO: 01, RDIDP, MS-6 - TITULAR nº 141.542, em função da aposentadoria do Prof. Dr. Lynn Mario Trindade Menezes de Souza. (19.1.1611.8.9). DISCIPLINA: POÉTICA DA TRADUÇÃO (FRANCÊS-PORTUGUÊS). PROGRAMA: 1. Henri Meschonnic e a poética da tradução no Brasil; 2. A antologia: espaços de reescrita da poesia francesa no Brasil; 3. Sebastião Uchôa Leite e a reencenaçãode François Villon; 4. Castro Alves e Victor Hugo: tradução como emulação; 5. Tavares Bastos, antologista de Victor Hugo; 6. Guilherme de Almeida e a transfusão de Charles Baudelaire; 7. Ana Cristina Cesar retradutora de Baudelaire; 8. Haroldo de Campos transcriador de Stéphane Mallarmé; 9. Mallarmé no Brasil: historicidades em tradução; 10. Augusto de Campos intradutor de Paul Valéry; 11. Retraduzir Paul Valéry: variações em contexto. 3.3 - DEPARTAMENTO: LETRAS MODERNAS. CARGO: 01, RDIDP, MS-6 - TITULAR - nº 266.361, em função da aposentadoria do Prof. Dr. Gilberto Pinheiro Passos. (19.1.1612.8.5). DISCIPLINA: LITERATURA E CRÍTICA FRANCESA. PROGRAMA: 1. Marcel Proust entre a crítica e a literatura; 2. Jean-Paul Sartre e as primeiras reflexões sobre leitura; 3. Albert Camus e a ética da escrita; 4. Formalismos na litratura e na crítica francesa: Nouveau roman, Oulipo e estruturalismo; 5. Roland Barthes e o ensino; 6. Roland Barthes e a política da literatura; 07. Georges Perec e a literatura para além da literatura; 8. EdouardGlissant e a poética da relação; 9. Maryse Condé: Literatura e migração no Caribe francês; 10. Annie Ernaux e Christine Angot: autobiografia e autoficção na literatura contemporânea francesa; 11. A circulação da teoria literária pós-estruturalista francesa na América Latina. Após votação, os itens foram APROVADOS. 4 - CONCURSO DOCENTE - TITULAR - RELATÓRIO FINAL votação aberta. 4.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS. 18.1.1255.8.7: 4.1.1 -ÁREA: LITERATURA BRASILEIRA. REALIZAÇÃO: 27 de março de 2019. CANDIDATO APROVADO: Prof. Dr. Jaime Ginzburg. 4.1.2 - ÁREA: LITERATURA PORTUGUESA -18.1.1256.8.3. REALIZAÇÃO: 16 de abril de 2019. CANDIDATA APROVADA: Profa. Dra. Aparecida de Fátima Bueno. Após votação, os itens foram APROVADOS. 5 - CONCURSO DOCENTE - LIVRE DOCENCIA - ACEITAÇÕES DE INSCRIÇÕES. EDITAL FFLCH Nº 001/2019 de 01/03/2019 - Parecer Favorável - Relator: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida. 5.1 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - disciplina: História do Pensamento Geográfico - candidato: Manoel Fernandes de Sousa Neto - 19.5.143.8.9. Parecer favorável - candidato inscrito: Manoel Fernandes de Sousa Neto. 5.2 - 19.5.81.8.3: DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - área: Lógica e Filosofia da Lógica - candidato: Rodrigo Bacellar da Costa e Silva. Parecer favorável - candidato inscrito: Rodrigo Bacellar da Costa e Silva. 5.3 - 19.5.137.8.9: DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - área: Teoria Sociológica e Sociologia da Cultura - candidato: Fernando Antonio Pinheiro Filho. Parecer favorável candidato inscrito: Fernando Antonio Pinheiro Filho. Após votação, os pareceres FAVORÁVEIS foram APROVADOS. 6 - CONCURSO DOCENTE - LIVRE-DOCÊNCIA - COMISSÃO JULGADORA EDITAL FFLCH Nº 001/2019 de 01/03/2019. 6.1 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - disciplina: História do Pensamento Geográfico candidato: Manoel Fernandes de Sousa Neto - 19.5.137.8.9. DOCENTES SUGERIDOS PELO DLM PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. André Roberto Martin (DG-FFLCH, titular), Amélia Luisa Damiani (DG-FFLCH, titular), Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBa, titular), Antonio Tomáz Júnior (UNESP - Pres. Prudente, titular) e Beatriz Piccolotto Siqueira de Bueno (FAU-USP, livre-docente). Suplentes: Profs. Drs. Elvio Rodrigues Martins (DH-FFLCH, livre-docente), Lincoln Ferreira Secco (DH-FFLCH, livre-docente), Dirce Maria

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928 929

930

931 932

933

934

935

936

937

938

939

940

941 942

943

944 945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957 958

959

960

961

962

963 964

965

966 967

968

969

Antunes Suertegaray (UFRGS, titular), Sonia Maria Vanzella Castellar (FE-USP, titular) e Doralice Satyro Maia (UFPB, titular). 6.2 - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - área: Lógica e Filosofia da Lógica - candidato: Rodrigo Bacellar da Costa e Silva - 19.81.8.3. DOCENTES SUGERIDOS PELO DF PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. João Vergílio Gallerani Cuter (DF-FFLCH, livre-docente), Dirk Greimann (UFF-RJ, titular), Hugo Luiz Mariano (IME-USP, livre-docente), Marcelo Esteban Coniglio (UNICAMP, livredocente) e Marco Antônio Caron Ruffino (UNICAMP, livre-docente). Suplentes: Osvaldo Frota Pessoa Junior (DF-FFLCH, livre-docente), Marcus Sacrini Ayres Ferraz (DF-FFLCH, livre-docente), Marcelo Finger (IME-USP, titular), Renata Wassermann (IME-USP, livredocente) e Juliano Souza de Albuquerque Maranhao (FD-USP, livre-docente). 6.3 19.5.137.8.9: DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - área: Teoria Sociológica e Sociologia da Cultura - candidato: Fernando Antonio Pinheiro Filho. DOCENTES SUGERIDOS PELO DS PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Maria Arminda do Nascimento Arruda (DS-FFLCH, titular), Sérgio Miceli Pessôa de Barros (DS-FFLCH, titular, aposentado), Marcelo Siqueira Ridenti (UNICAMP, titular), Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-RJ, titular) e Glaucia Kruse Villas Boas (UFRJ, titular). Suplentes: Profs. Drs.Luiz Carlos Jackson (DS-FFLCH, livre-docente), Leopoldo Garcia Pinto Waizbort (DS-FFLCH, titular), Élide Rugai Bastos (UNICAMP, livre-docente), Silvana Barbosa Rubino (UNICAMP, livre-docente) e Heloisa André Pontes (UNICAMP, titular). VOTAÇÃO NO SISTEMA. 7 - CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇOES. DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS - área ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS disciplina: Língua Inglesa - Edital FFFLCH/FLM nº 019/2018. Relator: Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva. Parecer favorável: John Blair Corbett, Elizabeth Bellez Flandoli, Bianca Rigamonti Valeiro Garcia, Marcos César Polifemi e Fabiana de Lacerda Vilaço. VOTAÇÃO NO SISTEMA. 8 - CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - COMISSÃO JULGADORA. 8.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS - área ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS - disciplina: Língua Inglesa - Edital FFFLCH/FLM nº 019/2018 -John Blair Corbett, Elizabeth Bellez Flandoli, Bianca Rigamonti Valeiro Garcia, Marcos César Polifemi e Fabiana de Lacerda Vilaço. DOCENTES SUGERIDOS PELO DLM PARA COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Elizabeth Harkot de La Taille (FFLCH-DLM, Livre-Docente), Maria Helena V. Battaglia (FFLCH-DLM, Doutora), Leila Cristina de Mello Darin (PUC-SP, Titular), Clarissa Menezes Jordão (UFPR, Doutora) e Renata Ciamponi Mancini (UFF, Doutora). Suplentes: Lenita Maria Rimoli Pisetta (FFLCH-DLM, Livre-Docente), Ronald Beline (FFLCH-DL, Livre-Docente), Dayane Celestino de Almeida (UNICAMP -Doutora) e Maria Isabel Leme (IPUSP, Titular). Após votação, o item foi APROVADO. 9 -PROGRAMA PESQUISADOR COLABORADOR -Resolução CoPq nº 7413, de **06.10.2017** - (VOTAÇÃO ABERTA). Art. 3°. A participação no programa será aceita dentro das seguintes condições: I - se for financiada por qualquer fonte de financiamento; II - se houver concessão de afastamento remunerado de instituição de pesquisa e ensino ou empresa, ou ainda, se o vínculo empregatício for em tempo parcial; III – SEM FINANCIAMENTO, a critério da Comissão de Pesquisa ou Conselho Deliberativo do Museu, Órgão de Integração ou Órgão Complementar. Observação: art. 6°. Parágrafo 3°. Nas situações elencadas nos incisos II e III do artigo 3º, além da aprovação da Comissão de Pesquisa ou Conselho Deliberativo, a solicitação deverá ser aprovada também pela maioria dos membros da Congregação da Unidade. 9.1 - 19.1.749.8.7: O Prof. Dr. RUY GOMES BRAGA NETO (DS) encaminha pedido de participação no Programa Pesquisador Colaborador do pesquisador NILTON KEN OTA, devidamente aprovado pelo CD e Comissão de Pesquisa (Modalidade: SEM BOLSA). 9.2 - 19.1.751.8.1: O Prof. Dr. MARCO AURÉLIO WERLE (DF) encaminha pedido de participação no Programa Pesquisador Colaborador do pesquisador PEDRO SUSSEKIND VIVEIRO DE CASTRO, devidamente aprovado pelo CD e Comissão de Pesquisa (Modalidade: SEM BOLSA). Após votação, os itens foram APROVADOS. 10 - INGRESSO

970

971

972

973

974

975

976 977

978

979 980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992 993

994

995 996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

NO PROGRAMA DE PROFESSOR SÊNIOR (votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque). 10.1 - 12.1.2928.8.0: A Professora Doutora NORMA SELTZER GOLDSTEIN encaminha ad referendum o pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS. 10.2 - 12.1.4421.8.0: O Professor Doutor ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA encaminha ad referendum o pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de GEOGRAFIA. 10.3 - 12.1.2887.8.1: A Professora Doutora MARIA LUIZA MARCILIO encaminha o pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de HISTÓRIA. 10.4 -12.1.5217.8.7: O Professor Doutor JOSÉ JOBSON DO NASCIMENTO ARRUDA encaminha o pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de HISTÓRIA. 10.5 - A Professora Doutora MARIA SILVIA BETTI encaminha o pedido de adesão ao Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de LETRAS MODERNAS. - 19.1.01357.8.5. 10.6 - A Professora Doutora OLGA ALEJANDRA MORDENTE encaminha o pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de LETRAS MODERNAS. - 15.1.1544.8.6. 10.7 - A Professora Doutora AMÉLIA LUISA DAMIANI encaminha o pedido de adesão ao Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de GEOGRAFIA. - 19.1.1580.8.6. 10.8 - A Professora Doutora MARIA APARECIDA C. R. TORRES MORAIS encaminha o pedido de adesão ao Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS. -19.1.1609.8.4. **10.9** - O Professor Doutor SÉRGIO MICELI PESSÔA DE BARROS encaminha o pedido de renovação ao Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de SOCIOLOGIA. - 15.1.1845.08.6. 10.10 - A Professora Doutora EVA ALTERMAN BLAY encaminha o pedido de renovação ao Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de SOCIOLOGIA. - 12.1.2909.8.5. 10.11 - A Professora Doutora DOMINIQUE TILKIN GALLOIS encaminha o pedido de renovação ao Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de ANTROPOLOGIA. - 17.1.1220.8.8. Após votação, os itens foram APROVADOS. 11 - COMISSÃO DE POS-GRADUAÇÃO - CONVÊNIOS E CO-ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL - DUPLA TITULAÇÃO (VOTAÇÃO ABERTA). 11.1 - Pedido do Sr. FILLIPE AUGUSTO GALETI MAURO (aluno USP) referente ao Convênio de Dupla Titulação entre a FFLCH e a Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, junto ao Programa de Pós-Graduação de Letras - E-Convênios: 44388. 11.2 - Pedido do Sr. KALIL KABA (aluna USP) referente ao Convênio de Dupla Titulação entre a FFLCH e a EHESS, França, junto ao Programa de Pós-Graduação de História Social - E-Convênios: 44451. Após votação, os itens foram **APROVADOS**. Ninguém mais desejando fazer o uso da palavra, a Senhora Presidente encerrou a sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, assistente técnica de direção para assuntos acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com a Senhora Presidente. São Paulo, 25 de abril de 2019.